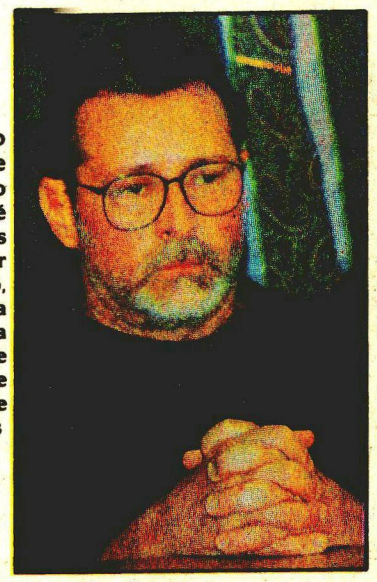
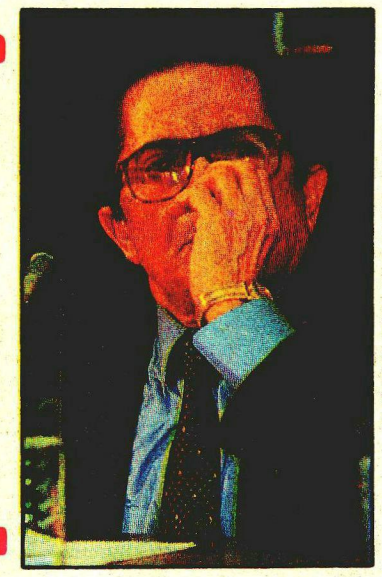


Causador de todo o processo de investigação, o economista José Carlos Alves dos Santos pode ser considerado, apenas, uma peça de ligação de uma engrenagem que mina a idoneidade e as finanças de um país

CPI



Já o deputado baiano João Alves representa o que de mais repelente pode haver na vida pública. Longe de ser o único, é um incentivador do ganho fácil e das facilidades do tráfico de influências

DE ONDE VEM A LAMA?

INTELECTUAIS SE DIVIDEM QUANTO ÀS ORIGENS DA CORRUPÇÃO E À EFICÁCIA DA INVESTIGAÇÃO LIDERADA POR POLÍTICOS

SEVERINO FRANCISCO

Foi Deus quem mandou esta lama? A pergunta divide os intelectuais de um país que tem avançado de escândalo em escândalo financeiro. O que muda no País com a CPI do Orçamento? Existem os que acreditam nos poderes medicinais na lama: "Estamos começando a matar Macunaíma, o herói desta cultura do trambique e do jeitinho brasileiro", afirma o diretor de teatro Antunes Filho. Nem todos partilham do mesmo otimismo: "Imediatamente, não muda nada", responde o cientista político Paulo Sérgio Pinheiro: "Só começará a mudar quando os bens dos parlamentares corruptos forem seqüestrados". O sociólogo Lúcio Castelo Branco, professor da UnB, vai na mesma direção: "Não muda nada como não mudou com o *impeachment* de Collor". E Adauto Novaes, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa da Funarte, idealizador do curso *Ética*, observa: "A ética está reduzida à moralidade. Ela deveria incluir também uma reivindicação pela felicidade e pela Justiça".

O diretor Antunes Filho vê com muita alegria o teatro da lama, armado através da CPI do Orçamento, pois permite a visibilidade pública do que todo mundo sabia: "Esta república está podre há mais de cem anos. Eu sempre reclamei desta lama. E isto é só o fio da meada. Este processo fortalece a democracia. É algo que destrói o Brasil do jeitinho. Tem pessoas que ficam escandalizadas. Ninguém está inventando a lama. O Brasil só está lavando a lama. Ela já estava escondida. As pessoas que ficam escandalizadas são umas loucas, vivem em um mundo irreal. Agora é que estamos vivendo um momento maravilhoso".

Antunes acredita que este processo de desvendamento da corrupção no Brasil é irreversível: "É claro que as coisas não vão mudar do dia para a noite. Mas o importante é que iniciamos um processo sem volta. Nós começamos a matar Macunaíma, que é um cara divertido, simpático, e que não tem memória. Não tem memória porque o seu jeitinho é para armar coisas podres. Não tem memória para não se lembrar do que é podre".

Franciso Stukert

Como em uma arena, a sala da comissão que investiga irregularidades no Orçamento reúne investigadores e denunciados, lado a lado

Adauto Novaes vê duas facetas díspares na CPI do Orçamento. O dado positivo é a revelação de como as classes dominantes se organizam no Brasil: "Há séculos elas estão estruturadas desta maneira". Segundo ele, o fato limitador é redução da ética exclusivamente a moralidade: "É claro que esta demanda pela moralidade da vida pública é muito importante. Mas ela não responde a todo o campo do político e da vida pública. Isto representa um empobrecimento da esfera da vida pública. A ética tem a ver também com a idéia de felicidade e de justiça". Adauto não alimenta ilusões de transformações miraculosas do País: "Enquanto não houver uma mobilização e uma organização da sociedade civil, estas elites acertarão entre si suas contradições e cortarão apenas o excesso".

O Brasil só vai mudar mesmo a partir do momento em que os parlamentares envolvidos em falcatruas perderem seus mandatos e tiverem os bens deles e de seus familiares seqüestrados", insiste Paulo Sérgio Pinheiro. Ele lembra, ainda, a urgência de se acabar com instituições sociais indevidamente apropriadas pelos parlamentares e com o caráter irrestrito das imunidades parlamentares: "A imunidade parlamentar não pode ser garantia de impunidade para os crimes comuns. A imunidade deve ser apenas política". E, em último lugar, Paulo Sérgio considera imprescindível suprimir a atual desproporção na representação dos estados, incentivada durante o governo Geisel: "Se a CPI não tiver estes desdobramentos ela terá para o País as mesmas conseqüências que teve o *impeachment*, que não mudou nada".

Paulo Sérgio não acredita que o fato da CPI do Orçamento possa provocar transformações rápidas na mentalidade e no comportamento dos brasileiros: "Isto não muda rapidamente. Não é um processo automático. Para que as práticas se modifiquem é preciso que as instituições se modifiquem também. E eu sou pouco otimista em relação aos resultados dessa CPI. Eu acho que ela terá resultados moderados. Parece piada. Após todas estas denúncias, indícios e provas, a única pessoa presa é uma empregada doméstica. Nenhum dos parlamentares corruptos teve qualquer de suas contas paralisadas. E os próprios membros da CPI têm indícios de que estes parlamentares continuam fazendo aplicações no exterior. Isto é um escândalo".

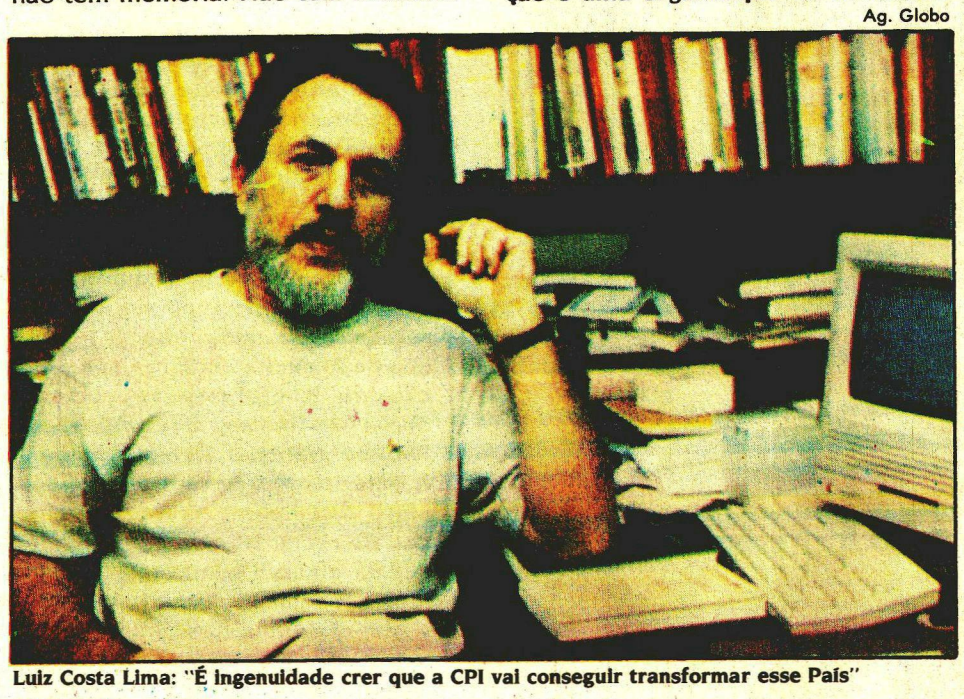
Lúcio Castelo Branco, professor do Departamento de Sociologia da UnB, recorre mais uma vez ao recente exemplo do *impeachment* do presidente Collor para reafirmar que nada de essencial mudará no País após a CPI do Orçamento: "Esta quadrilha oligárquica está no poder no Brasil há alguns séculos. Nós conseguimos queimar o filme da quadrilha do Collor, mas este sistema político que dá sustentação ao roubo e aos privilégios permanece o mesmo. E o requinte de cinismo está no fato de que arma em nome das idéias mais progressistas. Eu acho quase impossível reverter esta situação em um contexto de industrialização da política. Todo mundo está preocupado com o financiamento do seu empreendimento político. O resto é moralismo. A moral vigente é a do uso, do abuso e do desperdício. Não existe nenhuma possibilidade ou valor de transcendência. A vida humana está jogada no lixo".

Segundo Lúcio, embora o filme de Collor tenha sido queimado, o modelo de marketing político moderno que ele trouxe continua em plena vigência em sua ação de manipular, através de recursos de mídia e da expectativa dos eleitores: "A moral entra aqui como mero verniz para chegar até a grana. O mesmo ocorre com a religião. Ela está entrando aqui como escudo para esconder ladrões. E a religião seria essencial para se recuperar a ética. Não é possível uma moral imperativa sem religião. Sem este sentido de transcendência fica difícil estabelecer uma relação ética. É da religião que vem esta idéia do homem como o seu semelhante. Dentro de uma perspectiva religiosa, você não pode matar ou roubar porque está desrespeitando a si mesmo. Mas, no Brasil, os templos eram um prolongamento da Casa Grande. Então este compromisso com os senhores da Casa Grande corrompeu tudo. Não existe sequer um mercado em moldes capitalistas. Só existe tráfico: de influência, de droga, de mulheres, de crianças".

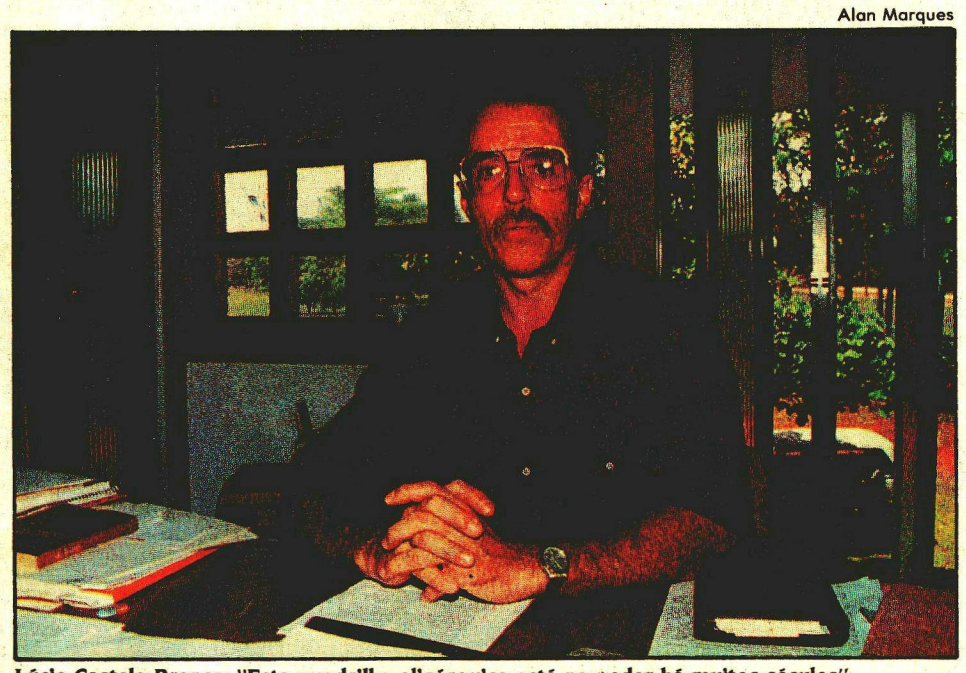
E, neste contexto, não é de se estranhar que somente os próprios corruptos tenham promovido a denúncia da corrupção. A honestidade, a virtude e a ética passam a ser qualidades excepcionais, negociadas na guerra do marketing político: "Este é o mesmo discurso do Collor. É impossível compatibilizar a ética com a política nos termos em que a questão está colocada nos dias de hoje". Não haveria, portanto, possibilidade de transformação na selvageria das relações sociais? "Sem esta idéia de transcendência divina eu não vejo possibilidade", responde Lúcio. "Sem isto você não tem parâmetro para perceber o outro como seu semelhante e concidadão. As bases da vida social são religiosas".

Alan Marques

Ag. Globo



Luiz Costa Lima: "É ingenuidade crer que a CPI vai conseguir transformar esse País"



Lúcio Castelo Branco: "Esta quadrilha oligárquica está no poder há muitos séculos"